

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.720 - SP (2014/0167153-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : MARIA FRANCINEIDE DOS SANTOS
RECORRENTE : WILSON BARROSO RODRIGUES
ADVOGADOS : SÍLVIO BARBOSA LINO - SP097134
ENÉAS DE OLIVEIRA MATOS - SP149130
RECORRENTE : EMPRESA DE ÔNIBUS GUARULHOS S/A
ADVOGADOS : JOARA RIBEIRO COELHO E OUTRO(S) - SP255156
VINICIUS TADEU JULIANI - SP257546
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE TRÂNSITO. CULPA PELO ACIDENTE. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DEMONSTRADA. DANO MORAL *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE DESPESAS COM PAGAMENTO DO FUNERAL. TRIBUNAL QUE CONSIGNOU QUE A DESPESA FOI CUSTEADA PELA EMPRESA DE ÔNIBUS. RESSARCIMENTO INDEVIDO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

MARIA FRANCINEIDE DOS SANTOS e WILSON BARROSO RODRIGUES (MARIA e WILSON) ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais contra EMPRESA DE ÔNIBUS GUARULHOS S.A. (ÔNIBUS GUARULHOS) em virtude do acidente que causou a morte de sua filha.

Em primeiro grau, a ação foi julgada improcedente.

MARIA e WILSON apelaram e o TJSP deu parcial provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

ACIDENTE DE VEÍCULO - ATROPELAMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL GARANTIDOR AFASTADO - DESPESAS COM FUNERAL AFASTADO - DANO MORAL CONFIGURADO PENSÃO MENSAL DE UM SALÁRIO MÍNIMO DESDE A DATA DO DANO - 13º SALÁRIO E FGTS EXCLUÍDOS - JUROS À PARTIR DO EVENTO DANOSO - CORREÇÃO MONETÁRIA

Superior Tribunal de Justiça

DESDE A PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO - SENTENÇA REFORMADA - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA (e-STJ, fl. 390).

Os embargos de declaração opostos por MARIA e WILSON foram acolhidos para determinar a constituição de capital garantidor (e-STJ, fls. 411/415).

Irresignado, MARIA e WILSON interpuseram recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando (1) a necessidade de majoração da indenização por danos morais, nos termos dos arts. 186, 944, 949 e 950, todos do CC/02, evitando que o ofensor pratique novamente a ação; e, (2) o ressarcimento das despesas com luto, funeral e sepultura perpétua, não sendo necessária a comprovação de pagamento, visto que são presumidas .

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 637/645).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Do dano moral

MARIA e WILSON sustentaram a necessidade de majoração da indenização por danos morais, nos termos dos arts. 186, 944, 949 e 950, todos do CC/02, evitando que o ofensor pratique novamente a ação.

O TJSP fixou o valor dos danos morais em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (e-STJ, fls. 392/393).

A jurisprudência desta Corte admite, apenas em hipóteses excepcionais, o afastamento do óbice da Súmula nº 7 do STJ a fim de possibilitar a revisão do valor da indenização por danos morais arbitrado na origem.

No caso, o valor estabelecido pelo TJSP não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em recurso especial porque em consonância

Superior Tribunal de Justiça

com os valores aqui fixados.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. QUEDA DE MACA. MORTE DE PACIENTE EM HOSPITAL PÚBLICO. DANOS MORAIS. QUANTUM DEBEATUR. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA n. 7 DESTA CORTE. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. NECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.

[...]

VIII - A orientação adotada pelas Turmas da 2ª Seção desta Corte consiste numa prescrição equitativa das indenizações por prejuízos extrapatrimoniais ligados ao dano "morte": estimam um montante razoável na faixa entre 300 (trezentos) e 500 (quinhentos) salários mínimos, embora observem que isso não deva representar um tarifamento judicial rígido, uma vez que colidiria com o próprio princípio da reparação integral.

IX - Mantida a fixação arbitrada pelo tribunal de origem em 300 (trezentos) salários mínimos.

X - Agravo Interno dos autores provido, para conhecer do Agravo em Recurso Especial da Fazenda do Estado de São Paulo e negar provimento ao Recurso Especial por ela interposto.

(AgInt no AREsp 1.063.319/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, j. 3/4/2018, DJe 5/6/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. ACIDENTE DE VEÍCULO. MORTE. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. EXORBITÂNCIA NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Rever a conclusão do acórdão recorrido quanto à culpa do motorista da parte agravante demandaria reexame de prova, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. O exame do montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais apenas é admitido em hipóteses excepcionais, quando o valor for exorbitante ou irrisório, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se evidencia no caso - R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para cada autor.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.114.601/PE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 20/2/2018, DJe 27/2/2018)

O recurso não pode ser provido quanto ao ponto.

(2) Do ressarcimento das despesas com o funeral

MARIA e WILSON pleitearam, ainda, o ressarcimento das despesas com luto, funeral e sepultura perpétua, não sendo necessária a comprovação de pagamento, visto que as mesmas são presumidas.

O TJSP consignou que o pagamento de tais despesas foi custeado pela empresa ÔNIBUS GUARULHOS, não sendo devido o ressarcimento (e-STJ, fls. 392/393).

Cumpre esclarecer que a presunção dos gastos, nos termos da jurisprudência desta Corte, não se amolda ao caso em apreço em que foi comprovado que o pagamento foi realizado pela empresa, não sendo devido o pagamento de indenização material, como pretendido.

É inviável nesta instância recursal a revisão das conclusões do TJSP quanto à comprovação do pagamento pela empresa ÔNIBUS GUARULHOS em virtude do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial interposto por **MARIA FRANCINEIDE DOS SANTOS** e **WILSON BARROSO RODRIGUES**.

Publique-se. Intime-se

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator